



Formação de comissões deve ser definida até o final deste mês

Oposição e governo ainda não chegaram a acordo sobre a indicação de presidentes e membros para 11 comissões permanentes. Há dúvidas a respeito do peso proporcional de cada partido para o preenchimento dos cargos

Líder do PMDB, maior bancada do Senado, Eunício Oliveira conversou durante a semana com representantes dos demais partidos, mas ainda não houve entendimento. Pelo critério da proporcionalidade, o PMDB

tem direito a duas comissões e será o primeiro a fazer a escolha. Deverá optar pela de Constituição e Justiça, mas ainda não definiu um nome.

O segundo partido a escolher é o PT, que deve ficar com a Comissão de Assuntos Econômicos

e a de Direitos Humanos. Terceira maior bancada, o PSDB busca a Comissão de Relações Exteriores. Entre os demais partidos que presidirão comissões, o único que manifestou preferência foi o PSB, pela de Educação. **3**

Proposta redistribui recursos da Cide

Estados e municípios terão direito a parcela maior do dinheiro da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, segundo a primeira proposta de emenda à Constituição deste ano. **4**

Cegonheiros pedem sanção de nova regra

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, representantes do sindicato da categoria pediram apoio à sanção de proposta que estabelece nova jornada para motoristas. **2**

HU Residência - UFJF



Médicos serão multados em caso de comissão pela prescrição de próteses, segundo projeto

Regulação da venda de próteses pode baratear os produtos

Projeto apresentado nesta semana pela senadora Ana Amélia prevê multa para profissionais de saúde, hospitais e empresas que recebam dinheiro ou paguem

pela prescrição de próteses. Segundo a senadora, os médicos optam por indicar os produtos que lhes rendem maiores ganhos, que são justamente os mais caros. **4**

Vanessa planeja manter atuação à frente da Procuradoria da Mulher

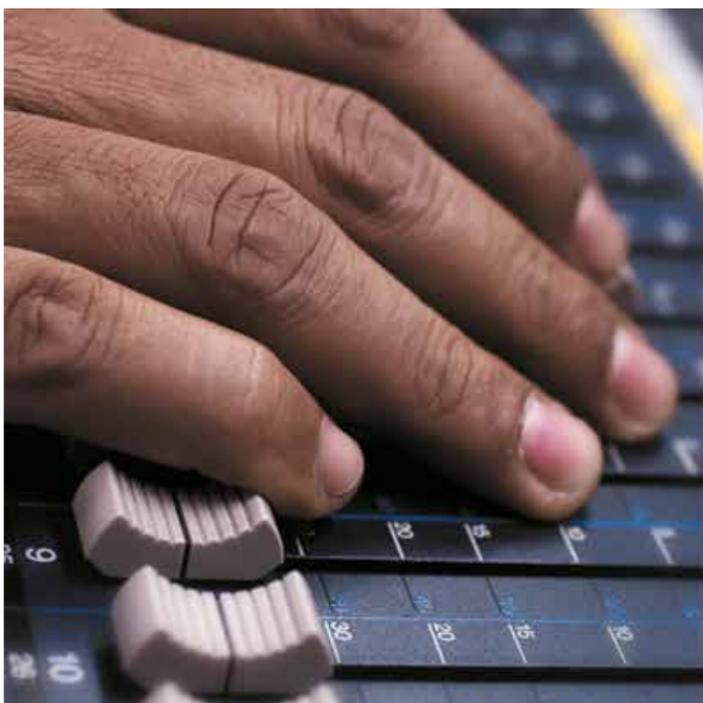
Devido ao curto período de existência — dois anos —, a Procuradoria Especial da Mulher no Senado deverá seguir com a senadora Vanessa Grazziotin como

titular no próximo biênio. Ela explica que a permanência no cargo tem apoio da bancada feminina e do presidente da Casa, Renan Calheiros. **2**



Vanessa Grazziotin tomou posse como procuradora especial da Mulher no Senado em 2013

Jane de Araújo/Agência Senado



13 de fevereiro | Dia Mundial do Rádio

Alcançando quilômetros além da antena transmissora, suas ondas levam, gratuitamente, informação e entretenimento para quem mora perto ou longe, democratizando a notícia para aqueles que não podem ler jornal ou assistir à TV.

Desde o início do século passado, quando os grandes aparelhos reuniam as famílias na sala para ouvirem as notícias, até os dias atuais com os celulares, o rádio continua sendo um meio de comunicação muito acessível.

Tantas vezes profetizado seu término como meio de comunicação, hoje, em tempos de interatividade e conectividade instantânea, ainda é um forte aliado na disseminação de entretenimento e informação num país continental como o nosso.

Basta sintonizar.

Acesse www.senado.leg.br/noticias/radio e saiba como sintonizar a Rádio Senado



Secom | Publicidade e Marketing

Senadora disse que o Projeto Quintas Femininas, com debates mensais, será retomado em março e que uma lista de projetos prioritários para as mulheres vai ser entregue aos líderes visando acelerar a tramitação

Vanessa deve continuar na Procuradoria da Mulher

A SENADORA VANESSA Graziotin (PCdoB-AM) deverá ser reconduzida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao cargo de procuradora especial da Mulher. Apesar de considerar ideal a alternância no comando, ela acredita que, neste momento, é necessário continuar na função pelo fato de o órgão ter pouco tempo de funcionamento — cerca de dois anos.

— O presidente Renan já manifestou que não há problema na recondução e as parlamentares também apoiaram — informou Vanessa ontem, após encontro com as senadoras para definir a pauta feminina na Casa em 2015.

Na reunião, ficou decidido que a reforma política deverá orientar as ações de gênero este ano, com propostas para ampliar a participação feminina no Legislativo.

Uma das iniciativas da procuradoria que deverá ser ampliada em 2015 é o Pro-



Para Vanessa, é importante consolidar o órgão, que tem cerca de dois anos

jeto Quintas Femininas. Em formato de audiências públicas, os debates acontecem uma vez por mês e reúnem especialistas, autoridades e representantes de entidades.

Os encontros serão retomados em março com o debate "Mulher, esporte e movimento". Este ano, dez audiências públicas deverão ser promovidas sobre temas como mobilidade, diversidade, educação, trabalho e violência contra a mulher.

A bancada feminina no Senado também deve concluir, em breve, levantamento sobre os projetos em tramitação na Casa vistos como prioritários para as mulheres. Segundo Vanessa, a lista será entregue ao presidente Renan e ao Colégio de Líderes para acelerar a votação das propostas.

Outra conquista legislativa esperada para março é a criação de uma CPI mista sobre as condições dos abrigos de menores no Brasil.

Dário Berger enumera compromissos e ressalta revisão do pacto federativo

Recém-empossado, Dário Berger (PMDB-SC) falou sobre as prioridades do mandato. Além de defender os interesses catarinenses, disse que vai trabalhar pelo pacto federativo. O senador defendeu o aumento real e sistemático do salário mínimo, que classificou como fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento do país. Além disso, disse que lutará pelo fim do fator previdenciário.

— Não me conformo que quem trabalhou a vida inteira seja atropelado por um tal fator previdenciário, que achata sua remuneração logo no momento em que mais precisa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raimundo Lira defende reforma política com referendo popular

Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu que o Congresso faça uma reforma política e que a população seja ouvida em um referendo sobre o que for aprovado. Ao longo do tempo, disse, projetos foram aprovados e comissões, formadas, mas falta um arranjo político que garanta o mínimo de votos para a aprovação.

— O momento é este, a hora é agora, a responsabilidade é nossa. Aprovada a reforma política, atendendo as aspirações do povo brasileiro, o Congresso Nacional deve pedir o aval e o comprometimento do nosso povo através de um referendo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe: governo tenta retirar direitos históricos dos trabalhadores

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que o governo enfrenta a crise das finanças públicas tentando retirar direitos históricos dos trabalhadores. Como alternativa, o senador propõe a cobrança de imposto sobre grandes fortunas.

Randolfe afirmou que não há ambiente para discutir o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Sobre a Operação Lava-Jato, defendeu a apuração das denúncias.

— Estou convencido de que a posição que temos que adotar é de rigorosa investigação contra tudo e contra todos, seja quem for, esteja onde estiver.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan (2º à dir.) disse a sindicalistas que vai comunicar pedido ao governo

Cegonheiros pedem apoio de Renan a sanção de nova jornada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes do Sindicato Nacional dos Cegonheiros. Eles pediram apoio à rápida sanção do PLC 41/2014, que regulamenta a atividade do motorista profissional. O projeto foi aprovado nesta semana em votação final na Câmara. A

jornada máxima do motorista ficou em 12 horas diárias (dependendo de convenção ou acordo coletivo), com limite de 5 horas e meia contínuas. Hoje, o tempo de trabalho sem intervalo é de no máximo 4 horas.

Renan disse que vai entrar em contato com a presidente Dilma Rousseff.

Raupp: corte de madeira em planos de manejo está permitido

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que a extração de itaúba, garapeira, jatobá, cerejeira, cedro e jequitibá prevista em planos de manejo não está proibida pelo Ministério do Meio Ambiente. De acordo com o senador, a ministra Izabella Teixeira informou que nova portaria será publicada para



Jefferson Rudy/Agência Senado

substituir a 443, que proíbe corte, beneficiamento, transporte e comercialização dessas madeiras por causa do risco de extinção.

— O plano de manejo não afeta o meio ambiente, gera divisas, renda, empregos. Nós somos radicalmente contra o desmatamento ilegal — disse o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa e destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Galvez

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissões serão definidas depois do Carnaval

Indicação de membros de 11 comissões permanentes pelos líderes partidários e eleição dos presidentes depende de negociações entre base do governo e oposição

A ESCOLHA DOS membros das comissões permanentes e a eleição dos presidentes só serão concluídas no fim do mês. As articulações entre os partidos para a distribuição dos cargos não avançaram esta semana, principalmente devido a dúvidas a respeito da representação proporcional das legendas, aspecto que já causou divergências na eleição da Mesa do Senado.

Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB e principal responsável pelas negociações da distribuição das presidências das comissões, conversou, durante a semana, com líderes de todos os partidos na Casa em busca de um entendimento. No entanto, a oposição demonstra desconfiança em relação ao processo. Na formação da Mesa do Senado, PSDB, PSB e DEM, que entendiam ter direito a cargos, ficaram de fora.

— Foi um golpe difícil de ser assimilado pelo Congresso Nacional. Foi uma manobra muito grave, porque a Mesa deve representar o Senado, e não um grupo de senadores — afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que deverá ser indicado pelos tucanos para presidir uma comissão.

Na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou em Plenário que os líderes alcancem rapidamente uma conciliação e façam suas indicações.

— Faço um apelo aos líderes. É muito importante que eles



Eunício Oliveira conversa com Alvaro Dias e Aloysio Nunes: indicações devem respeitar princípio da proporcionalidade

ultimem essas indicações para que possamos rapidamente realizar a escolha dos presidentes — disse.

Distribuição

Pelas regras da proporcionalidade, o PMDB, dono da maior bancada com 18 senadores, terá direito a ser o primeiro a escolher a comissão que quer presidir. Deverá optar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O partido ainda não sinalizou quem será o indicado.

O segundo partido a escolher será o PT (14 senadores), que deve ficar com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Gleisi Hoffmann (PR) e Delcídio do Amaral (MS) disputam a indicação. O líder

do partido, Humberto Costa (PE), busca o consenso.

— Vamos tentar construir entendimento para que haja apoio unânime a um único nome. Mas, se formos obrigados a fazer votação, ela acontecerá democraticamente.

O PT deve presidir ainda a Comissão de Direitos Humanos (CDH). O nome já acertado para o posto é o de Paulo Paim (RS). O PMDB também terá direito a presidir mais uma comissão, mas ainda não definiu qual.

Terceira maior bancada, com 11 senadores, o PSDB aguarda a definição dos critérios para indicações, mas deve optar pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Entre os demais partidos que

presidirão comissões, o único que manifestou preferência foi o PSB, que indicará Romário (RJ) para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A distribuição das presidências e a indicação de membros das comissões permanentes são regidas por cálculos distintos. As presidências são divididas com base no tamanho de cada bancada, em respeito ao princípio da proporcionalidade. Atualmente são 15 as legendas representadas no Senado.

A divisão entre o número total de senadores (81) e o número de comissões (11) produz um quociente. Dividindo-se o tamanho de cada bancada pelo quociente, chega-se ao número de presidências a

que cada partido tem direito. A partir daí, o partido mais bem representado escolhe a comissão que quer presidir, depois é a vez da segunda maior legenda e assim por diante.

Coligações

Já a indicação dos membros das comissões leva em conta os blocos partidários, conforme regras dadas pela Constituição e pelo Regimento Interno do Senado. Os senadores são indicados para integrarem as comissões pelo bloco como um todo, não pelos partidos como bancadas independentes.

Os partidos estão coligados em quatro blocos: Bloco da Maioria (PMDB e PSD), Bloco da Oposição (PSDB e DEM), Democracia Participativa (PSB, PP e PPS) e União e Força (PR, PTB, PRB e PSC). Um quinto grupo, o Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB e PSOL), deve ser formalizado nos próximos dias.

O cálculo de quociente é reproduzido para cada comissão, com base no número de assentos em cada uma delas (de 11 a 27), determinando o tamanho da presença dos partidos não coligados ou dos blocos. Cada senador pode integrar até três comissões permanentes como membro titular e outras três como suplente. Apenas o presidente do Senado está impedido de atuar em comissões.

Gladson Cameli vê caso Petrobras como oportunidade ao país



Ao analisar as denúncias de irregularidades na Petrobras, Gladson Cameli (PP-AC) avaliou que a crise por que passa a principal empresa do Brasil pode representar uma oportunidade para a construção de um país melhor. Para isso, ele ponderou que se deve dar ao tema “o caminho da observância do devido processo legal”.

Para o senador, existem “fortes indícios” de desvios na estatal e todos precisam apoiar as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, mas sem ceder ao “alarmismo” e ao “afobamento”.

— Não vamos desperdiçar tempo, energia e credibilidade dedicando-nos à pequena política, pois o que está em jogo é a soberania nacional. Para ela, a manutenção da Petrobras é indispensável — disse.

Vanessa Grazziotin sugere frente em defesa da estatal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se solidarizou com os familiares dos trabalhadores que morreram anteontem na explosão em plataforma no Espírito Santo.

Ela afirmou que, durante a CPI da Petrobras, tentou pausar o problema da segurança, mas a questão não avançou por falta de interesse da oposição. A senadora sugeriu a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras e a apuração das irregularidades que ocorrem na empresa, além da punição dos responsáveis.

Vanessa também condenou a criminalização da companhia.

— Muitos dos que falam dela não [estão] com o interesse de tirá-la da crise, acabar com a corrupção, punir os culpados, não! Mas com o interesse de enfraquecer a Petrobras para dizer: “Está vendo? A Petrobras não foi capaz de liderar o sistema de partilha” — afirmou.

Ana Amélia quer garantir nafta a petroquímicas



Ana Amélia (PP-RS) pediu que a Petrobras renove contrato temporário de fornecimento de nafta para as indústrias petroquímicas.

Segundo ela, o contrato tinha validade até 2019, mas foi suspenso há um ano sob a alegação de que o produto deveria ser destinado à composição de combustíveis para segurar o preço da gasolina. Diante disso, as empresas passaram a receber o suprimento via contratos temporários.

— A incerteza poderá forçar o fechamento de unidades na Bahia, Rio Grande do Sul e região do ABC. A consequência será a perda de 70 mil postos de trabalho, redução de R\$ 2,3 bilhões na renda do trabalho, queda superior a R\$ 500 milhões na receita da União e redução de US\$ 2,1 bilhões na balança comercial.

José Medeiros manifesta dúvida sobre nova CPI



José Medeiros (PPS-MT) manifestou preocupação com divergências sobre as investigações de irregularidades na Petrobras. Para ele, não se deve politizar a apuração.

— Alguns senadores me pediram e eu assinei a CPI da Petrobras, mas até espero que ela não saia e explico por quê. As investigações do Ministério Público e da equipe do juiz Sérgio Moro estão tão avançadas e caminhando, ao meu ver, tão bem, que trazermos novamente esse assunto só iria acirrar os debates ideológicos e políticos — disse.

O senador afirmou que, até agora, não há nada que ligue a presidente Dilma Rousseff às práticas criminosas, mas criticou quem classifica um possível impeachment como revanchismo da oposição.

Cássio diz que falar sobre impeachment não é terceiro turno



O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), criticou a declaração do ministro da Justiça, José

Eduardo Cardozo, de que a oposição não aceitou o resultado das eleições e quer um terceiro turno ao falar em impeachment.

Para ele, as discussões surgiram porque a população se sentiu enganada. Na ocasião, lembrou o senador, a presidente Dilma Rousseff prometeu não reduzir direitos trabalhistas e não aumentar tarifas, nem o preço dos combustíveis, mas fez justamente o contrário.

— O que está sendo discutido não é resultado de eleição, mas sim conduta ética, seriedade, honestidade. Até quando será que as pessoas vão tolerar tantos desmandos? — afirmou.

Onopédica Curitiba



Pelo texto, mercado será regulado como o setor farmacêutico e uma lista descreverá os produtos que se enquadram na norma

Projeto estabelece multas contra “máfia das próteses”

Médicos, hospitais e empresas que negociam equipamentos de saúde serão penalizados caso recebam ou paguem comissão pela prescrição dos aparelhos. Objetivo da senadora Ana Amélia é baratear os produtos

UM PROJETO DE lei apresentado nesta semana pode ajudar a regular o mercado de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs). O objetivo é combater a chamada máfia das próteses.

A proposta (PLS 17/2015), de Ana Amélia (PP-RS), determina, entre outros pontos, a aplicação de multa aos profissionais de saúde, hospitais e empresas da área caso recebam ou paguem comissões pela prescrição dos produtos.

Pelo texto, o profissional de saúde ficará sujeito ao pagamento de multa correspondente a três vezes o valor recebido em comissão. No caso de estabelecimento de saúde, a multa deverá equivaler a dez vezes. Já as entidades

ou pessoas que venderem equipamentos e pagarem comissão por isso poderão ser multadas em soma equivalente a 15 vezes o total pago.

A ideia do projeto surgiu após denúncias na imprensa que mostram o pagamento de comissões, por parte de fabricantes e distribuidores desses materiais, a hospitais e médicos para que prescrevam os produtos.

Essas negociações contribuem, segundo Ana Amélia, “para desajustes nos preços das OPMEs, pois os médicos envolvidos optam por indicar os produtos que lhes rendem maiores ganhos, que são justamente os mais caros”.

A proposta define órteses como aparelhos que auxiliam

a função de um membro, órgão ou tecido — caso de bengalas e muletas, por exemplo. As próteses são descritas como substitutos totais ou parciais de um membro, como placas metálicas e próteses dentárias.

Já os materiais especiais são dispositivos utilizados em procedimentos diagnósticos e terapêuticos que não se enquadram como órteses ou próteses.

A ideia de Ana Amélia é que esse mercado seja regulado da mesma forma que o setor farmacêutico, barateando os aparelhos.

O projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Depois deve seguir para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Governo também precisa dialogar com críticos, diz Cristovam

Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que as autoridades precisam se conscientizar de que o Brasil está em dificuldades e, por isso, é preciso haver diálogo com o Congresso e com a sociedade.

— Está faltando esse diálogo. E praticar o diálogo significa chamar para conversar os críticos, não só os bajuladores. São os críticos que agregam, sobretudo em momentos de crise — opinou.

O senador ressaltou os indicadores da economia, que mostram desequilíbrio das contas públicas, alta dos preços e risco de crescimento zero. Além disso, observou, faltam portas de saída para os programas sociais. Cristovam também criticou a imprevidência do governo ao gastar “mais do que era possível”.

Ferraço pede votação da PEC da Segurança Pública

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu a votação urgente de sua proposta que inclui na Constituição a responsabilidade conjunta de União, estados e municípios na segurança pública (PEC 33/2014). Hoje a competência é só dos estados.

A PEC, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em dezembro, aguarda votação em Plenário. O senador lembrou que a própria presidente Dilma Rousseff afirmou que queria ver a União atuando mais na área.

Ele destacou o aumento da criminalidade, com taxa de homicídios de 29 por 100 mil habitantes, número três vezes maior que o aceitável pela ONU. Para o senador, o combate ao tráfico de drogas e de armas exige ação integrada da União, estados e municípios.

Telmário lembra dez anos da morte de Dorothy Stang

Jefferson Ruy/Agência Senado

Telmário Mota (PDT-RR) lembrou ontem os dez anos do assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, no Pará.

Vitalmiro Moura e Regivaldo Galvão estão soltos. Clodoaldo Batista, condenado a 18 anos, cumpre pena em regime semiaberto, e Rayfran Sales, condenado a 27 anos, cumpriu quase 9 em regime fechado e está em prisão domiciliar.

O senador lamentou que a realidade não tenha mudado, principalmente no Pará, onde centenas de pessoas foram assassinadas por disputas por terras.

— O Brasil precisa estar atento. Talvez estejam faltando políticas públicas para evitar esse confronto entre o poder econômico capitalista e o cidadão comum que só quer uma luz ao sol — disse.

Capiberibe defende compensação para comunidades

Jefferson Ruy/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) apresentou projeto estabelecendo que as comunidades tradicionais, como as

indígenas, terão que receber compensação justa quando seus conhecimentos e recursos genéticos forem utilizados na fabricação de produtos, como remédios e cosméticos. Para ele, essa compensação não está assegurada em projeto de iniciativa do governo (PL 7.735/2014) aprovado na Câmara e que será analisado no Senado.

O senador explicou que os conhecimentos tradicionais são uma espécie de atalho científico e tecnológico que permite à indústria farmacêutica economizar anos de pesquisa. Por isso, acredita, as comunidades detentoras desse conhecimento precisam receber algo em troca.

Gleisi critica pacote fiscal do governo paranaense

Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) repercutiu ontem, em Plenário, os protestos dos servidores

públicos do Paraná contra medidas que constituem, na opinião dela, um “pacote anti-Paraná”.

Entre os alvos da senadora, estão a proposta que limita a progressão funcional do magistério, que passaria a depender da disponibilidade de caixa, e o projeto de reforma do regime de aposentadoria dos funcionários do estado. Ela condenou a intenção de alterar a meta orçamentária de 2013 retroativamente.

— Eu lamento muito essa situação. É uma desfaçatez que a oposição venha nesta Casa criticar o governo federal e não olhar o que os seus governadores estão fazendo nos estados — assinalou.

PEC assegura mais recursos da Cide para estados e municípios

A primeira proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada em 2015 no Senado é uma tentativa de garantir a estados e municípios maior parcela do dinheiro arrecadado com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre importação e comercialização de combustíveis.

Para Wellington Fagundes (PR-MT), autor da proposta (PEC 1/2015), a divisão dos recursos entre os entes federativos deve ser mais equilibrada. Pelo texto, a União, os estados e o Distrito Federal e os municípios passariam a receber, cada esfera, um terço do arrecadado.

Atualmente a Constituição destina 29% da arrecadação da Cide aos estados e ao Distrito Federal e, desse total, 25% são repassados às cidades proporcionalmente ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao tamanho das populações. Ou seja, algumas cidades recebem mais do que outras.

Ao justificar o projeto, o senador disse que, de cada R\$ 100 arrecadados com a Cide, a União retém R\$ 71 e repassa R\$ 21,75 aos estados e ao DF. Aos municípios, são destinados apenas R\$ 7,25.

Pelos cálculos apresentados na PEC, em 2015 o imposto poderá render aos municípios R\$ 478,5 milhões, a serem rateados entre as mais de 5 mil cidades. O valor, na opinião de Wellington, é



Waldemir Barreto/Agência Senado

Autor da proposta, Wellington quer divisão mais equilibrada do tributo

“irrisório”, tendo em vista que a Cide arrecadará no país por volta de R\$12,2 bilhões.

A situação dos municípios preocupa os signatários da proposta porque o FPM sofreu perdas acumuladas ao longo dos últimos anos e as prefeituras entraram em colapso com o programa de isenção de impostos que estimulou setores da economia, mas que, por outro lado, diminuiu consideravelmente os repasses.

Para Wellington, os municípios são os que mais sofrem com a crise econômica decorrente das grandes perdas de receita. “As constantes reduções do FPM, além de determinadas medidas de desoneração adotadas para o aquecimento da economia interna e aumento das despesas dos municípios colocaram as prefeituras em grave risco”, enfatiza no projeto.

A PEC 1/2015 aguarda a designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).